

PMDB quer negociação com os bancos sem acordo com o FMI

por Andrew Greenlees
de Brasília

Um encontro de duas horas e meia entre o presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, os principais líderes do partido no Congresso e o ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, selou ontem a estratégia a ser seguida na negociação da dívida externa: buscar a partir de setembro um acordo com os aproximadamente 700 bancos privados credores do Brasil, sem a participação do Fundo Monetário Internacional

"Vamos conseguir", garantia Bresser ao comentar esta linha de ação antes de chegar para o almoço na residência de Ulysses. Entre os participantes do encontro, porém, a certeza era menor. "Se os bancos não aceitarem desta forma, não recebem", avisou à tarde o líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, que esteve recentemente nos Estados Unidos e disse que não sentiu nos contatos com banqueiros grande entusiasmo em descartar o aval do FMI ao Brasil.

"Mas o ministro confia e torço para que ele acerte", disse Fernando Henrique,

lembrando que Bresser também esteve com cinco dos principais credores do País nos últimos dias.

Ulysses Guimarães limitou-se a confirmar a intenção do PMDB em desvincular o acordo com os bancos de entendimentos com o Fundo e assinalou que Bresser manteve nos Estados Unidos "conversas iniciais, que vão se efetivar em setembro, para que possa haver uma manifestação mais concreta por

parte de nosso partido".

Ao sair do almoço, Bresser comentou que conseguir o acordo prévio com os bancos representará "uma grande vitória para o Brasil" e mudou o tom em relação a uma possível ida ao FMI após este acordo.

Mas, a julgar pela reunião de ontem, Bresser terá muitas dificuldades em convencer o PMDB caso decida recorrer ao Fundo mais tarde. "Antes, ele (Bresser) irá ao partido",

resumiu o líder na Constituinte, senador Mário Covas. "Permanece inalterada a posição de não aceitar uma negociação nos moldes da que foi feita em 1982 e a que o Fundo fez com a Argentina recentemente", acrescentou o líder na Câmara, deputado Luiz Henrique.

Ele admite a possibilidade de contatos com o FMI, mas adianta que deverão ser feitos "nos parâmetros do partido, defendidos inclusive pelo presidente da República". No documento econômico aprovado pela última convenção partidária, são estipulados dois princípios: rejeição a qualquer tipo de monitoramento da economia e garantia do crescimento.

O senador Fernando Henrique Cardoso e o deputado Luiz Henrique lembraram ainda dois outros pontos a serem incluídos na proposta de negociação com os bancos estrangeiros. O primeiro é o refinanciamento de US\$ 7,2 bilhões referentes aos juros de 1987/88. O outro é o "spread" (taxa de risco) zero — item aprovado no documento do partido — que economizaria US\$ 1,3 bilhão anualmente para o País.